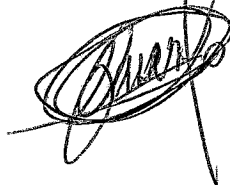
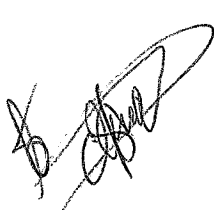


**ATA SUMÁRIA REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONHABINS NATAL DE 25 DE OUTUBRO DE 2016**

**PAUTA:**

- a) Definição da Demanda Fechada (Sem necessidade de sorteio) do Empreendimento Village de Prata do Minha Casa, Minha Vida

1 Em 25 de outubro de 2016 ocorreu a 27ª Reunião Ordinária do Conselho  
2 Municipal de Habitação de Interesse Social da Cidade do Natal, no Auditório do  
3 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte –  
4 CREA-RN, localizado na Avenida Senador Salgado Filho, nº 1840, Lagoa Nova,  
5 Natal - RN, CEP: 59056-000. A reunião, presidida pelo Senhor Albert Josué  
6 Neto, Secretário Adjunto da SEHARPE e Presidente interino do CONHABINS,  
7 iniciou às 9h30min e contou com a presença dos seguintes conselheiros: Ana  
8 Karina M. de Lucas Salha – SEMPLA, Eudja Maria Mafaldo Oliveira – SEMURB,  
9 Rembrandt Coura Vasconcelos – SEMUT, Marcos Rogério Bezerra de Aquino –  
10 SMG, Daisy Leila O. De Azevedo Guilhermino – SEMTAS, Ana Adalgisa Dias  
11 Paulino – SINDUSCON, Eunélio Silva – CREA-RN, Rosa Maria Pinheiro de  
12 Oliveira – IAB, Maria de Fátima Leão Garcia Ferreira de Andrade - Região Sul,  
13 Eliton Arruda Duarte – Região Oeste, Marcos Antônio Ribeiro – MLB. O  
14 Presidente Interino abriu a reunião saudando os presentes, informando a pauta  
15 da Reunião que tratava-se da Definição da Demanda Fechada (Sem  
16 necessidade de sorteio) do Empreendimento Village de Prata do Minha Casa,  
17 Minha Vida e lembrando aos presentes que já havia sido aprovado na Resolução  
18 nº 002/2016 do CONHABINS o remanejamento de aproximadamente 578  
19 famílias, pertencentes as comunidades do “8 de março”, “Camboim”, “Fio e  
20 Alemão” e “ETE Guarapes” e agora posta em pauta novamente para inclusão  
21 das 416 famílias pertencentes as comunidades do “Praia Mar”, “CHESF”, “Mãe  
22 Luiza”, “Jacó”, “Sabino Gentile”. Ele destacou que essas comunidades  
23 demonstram alta vulnerabilidade. Por exemplo, no Praia Mar já houve a  
24 reintegração de posse, em ação violenta da polícia, o que fragiliza em muito a  
25 situação daqueles que para lá retornaram após a reintegração executada. As  
famílias situadas na faixa de domínio da CHESF estão próximas à estação de  
energia; em Mãe Luiza, no desastre de 2014, 180 casas foram interditadas, seja  
por precaução ou por necessidade absoluta, 26 foram completamente  
demolidas. Estas deveriam ter sido realocadas para um outro empreendimento  
do programa Minha Casa, Minha Vida, mas, face ao cenário econômico atual do  
País, com sérias consequências danosas para os municípios, a produção deste  
novo empreendimento, no mesmo bairro, não aconteceu. Na Comunidade do



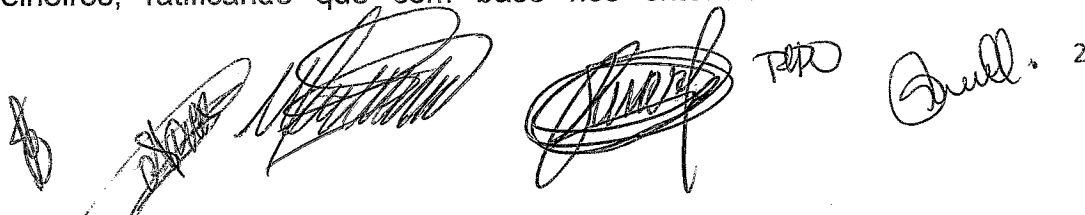
TOPC

Quil. 1



SECRETARIA DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROJETOS ESTRUTURANTES  
CONHABINS NATAL

26 Jacó ainda existem pessoas em área de risco de nível 5, o mais elevado; em  
27 Sabino Gentile, a ocupação vizinha ao IFRN nas Rocas, Rua do Areal, próxima  
28 ao Jacó e ao residencial São Pedro se verifica como insalubre e também  
29 destacou que a inclusão dessas famílias, de todos os assentamentos citados,  
30 foram propostas pelo MPRN, DEFENSORIA, SEHARPE, MLB e SEMDES. Ele  
31 ressaltou ainda que pelo número de famílias superar o número de vagas existe a  
32 necessidade de se estabelecer critérios de ordem de prioridade com título de  
33 cadastro reserva para o Empreendimento. A soma do total de famílias propostas  
34 é igual a 994 imóveis, mas só existem 896 unidades habitacionais. O presidente  
35 interino sugere critérios como tempo de ocupação, vulnerabilidade social e grau  
36 de risco para se estabelecer a ordem de prioridade e abriu a palavra para  
37 conselheiros e presentes para colocações. O conselheiro Eliton Arruda Duarte  
38 pede a palavra, agradece a presença dos conselheiros, do MLB, a explanação  
39 do Secretário Adjunto Neto e afirma que deve ser levada em conta os critérios  
40 de tempo de ocupação e grau de risco. Em seguida, a conselheira Rosa Pinheiro,  
41 com a palavra, afirma que a vulnerabilidade social não tem como ser medida  
42 nesses casos, visto que chegaria até a escala negativa, coloca o tempo de  
43 ocupação como importante, mas que o grau de risco deveria ser o critério  
44 prioritário, devido a importância da vida, e também a vulnerabilidade ambiental,  
45 reiterando a importância do ambiente para o bem-estar da população total da  
46 cidade. Posteriormente, o conselheiro Marcos, representante do MLB, agora  
47 com a palavra, coloca que os membros do MLB percebem que a demanda  
48 fechada ultrapassa as unidades habitacionais disponíveis e coloca como critério,  
49 para ele, o tempo de ocupação, vulnerabilidade social e o grau de risco. Logo  
50 após, a Dra. Danielle Ribeiro, Promotora representante do Ministério Público,  
51 sugere colocar como critério a judicialização, averiguando se a comunidade está  
52 com medida liminar de reintegração de posse. Ela coloca ainda que todos os  
53 casos são casos de vulnerabilidade social, mas a CHESF é um caso mais  
54 delicado em relação ao risco de vida das pessoas que estão debaixo da linha de  
55 transmissão e das 40 famílias do Praia Mar.. Ressalta-se também as ações  
56 judicializadas de Mãe Luíza. Em ato contínuo, a conselheira Fátima Leão, em  
sua fala, sugere priorizar o grau de risco e o tempo de ocupação. Além disso,  
ela se posiciona contrária a ocupação na ZPA 10, visto que é um área de  
proteção ambiental. Para encerrar esse momento de colocações dos  
conselheiros, o conselheiro Rembrant Vasconcelos sugere colocar as questões  
do excedente como prioridade e, posteriormente, o critério. Sugerindo ver se  
todas as comunidades foram atendidas. O Presidente interino, retomando a  
palavra, afirma que talvez seja o inverso, visto que estabelecer os critérios  
ajudam a definir quem serão os atendidos e coloca os critérios para votação dos  
conselheiros, ratificando que com base nos critérios serão escolhidas as





SECRETARIA DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROJETOS ESTRUTURANTES  
CONHABINS NATAL

57 comunidades. Com a votação, definiu-se o grau de risco (11 votos), tempo de  
58 ocupação (10 votos) e vulnerabilidade ambiental (6 votos) como prioritários e os  
59 demais critérios que receberam votos, mas não foram escolhidos foram  
60 vulnerabilidade social e judicialização. A posteriori, a conselheira Rosa Pinheiro  
61 coloca que não há maturidade para discutir os assentamentos prioritários ainda  
62 nesta reunião, visto que faz-se necessário a análise das comunidades dentro  
63 dos critérios estabelecidos. Como alternativa, Violeta Quevedo, representando o  
64 Departamento de Ação Social da SEHARPE (DASPE), propõe continuar com o  
65 levantamento dos dados necessários para dar suporte a essa escolha de  
66 prioridades. Então os conselheiros decidiram pautar para a próxima reunião  
67 ordinária, no dia 18 de novembro de 2016, a votação das comunidades que  
68 serão prioritárias, tendo como suporte para escolha destas a análise da  
realidade local de cada comunidade. Nada mais havendo a ser tratado, o  
senhor Albert Josuá Neto agradeceu a presença de todos e encerrou a 27ª  
Reunião Ordinária do CONHABINS. Eu, FRANCYMONNI YASMIM MARQUES  
DE MELO, secretária, lavrei a presente ATA.

Conselheiros titulares e suplentes presentes	
Albert Josuá Neto – SEHARPE	
Ana Adalgisa Dias Paulino – SINDUSCON	
Ana Karina M. de Lucas Salha - SEMPLA	
Daisy Leila O. De Azevedo Guilhermino – SEMTAS	
Eilton Arruda Duarte – Região Oeste	
Eudja Maria Mafaldo Oliveira – SEMURB	
Eunélio Silva – CREA-RN	
Marcos Antônio Ribeiro – MLB	
Marcos Rogério Bezerra de Aquino – SMG	
Maria de Fátima Leão Garcia Ferreira de Andrade - Região Sul	
Rembrandt Coura Vasconcelos – SEMUT	
Rosa Maria Pinheiro de Oliveira – IAB	